



CARTA MANIFESTO CONTRA AS REMOÇÕES E DESPEJOS

Nós, lideranças pastorais de todo país, participantes do Seminário Nacional da Campanha da Fraternidade de 2026 sobre Moradia, reunidos em Brasília de 25/09/2025 a 28/09/2025, vimos expressar veemente indignação e repúdio à política de remoções e despejos que vem sendo praticada no Brasil.

Movidos por um caminho profético de promoção da dignidade humana e mobilizados pela fraternidade, que nos leva a conhecer no outro uma irmã e um irmão, nos posicionamos em defesa do direito fundamental à moradia digna, porta de entrada de todos os demais direitos. Afinal, “a falta de um teto digno não é apenas uma carência material, mas expressão concreta da exclusão social que nega a dignidade de filhos e filhas de Deus” (Texto-base – CF 2026, parágrafo 6).

Manifestamos:

- Nossa solidariedade às famílias em situação de vulnerabilidade que estão sofrendo processos de remoção e despejo em diversas regiões do País.
- Nossa disposição e empenho para defender e contribuir na construção de programas e políticas públicas que assegurem o pleno atendimento ao direito à moradia.

Repudiamos:

- Ações que violam a dignidade humana e os direitos fundamentais, atingindo os mais vulneráveis, com destaque para idosos, mulheres, pessoas com deficiência e crianças.
- O uso da estrutura do Estado para ações que violem os direitos fundamentais do cidadão.

Reivindicamos:

- Suspensão imediata das remoções e despejos, que ultrajam a humanidade de todos nós e contribuem para a perpetuação da lógica de uma cidade para poucos, às custas de muitos.
- Que os direitos de morar dignamente, onde escolhermos, sejam respeitados e a busca por uma sociedade mais justa e igualitária seja posta em ação por meio do cumprimento da Constituição Federal (Art. 6º).
- Adoção de Programas e Políticas Públicas Habitacionais e instalação de instâncias de mediação de conflito fundiário em nível nacional e nos Estados, bem como outros equipamentos públicos nos territórios das populações ameaçadas de remoção e despejo, e suspensão de quaisquer procedimentos nas áreas administrativas e jurídicas e apuração das violações de direitos.

Reafirmamos o nosso compromisso com o ensinamento do Papa Francisco:

“Terra, Teto e Trabalho, aquilo pelo que lutais são direitos sagrados”.

Brasília, 28/09/2025.